



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

108  
J

**HABEAS CORPUS Nº 0206238-2**  
**COMARCA: OLINDA**  
**VARA: PRIMEIRA CRIMINAL**  
**IMPETRANTE: MARIA LÚCIA DE SOUZA BRANDÃO**  
**PACIENTE: LEONILSON SANTOS DA SILVA**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)**

238

EMENTA: PROCESSO PENAL – HABEAS CORPUS  
LIBERATÓRIO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.  
INÉPCIA DA DENÚNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 41 DO  
CPP. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE PROBATÓRIA.  
INVIÁVEL NA PRESENTE VIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR  
NECESSÁRIA. PRESENTES OS REQUISITOS  
AUTORIZADORES DA MEDIDA CAUTELAR PREVISTOS  
NO ART. 312 DO CPP. CONDIÇÕES SUBJETIVAS  
FAVORÁVEIS. IRRELEVANTES. CONSTRANGIMENTO  
ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA À  
UNANIMIDADE.

5534

1. A denúncia, baseada nas provas colhidas no inquérito, descreve com detalhes como se deu o fato criminoso e todas as suas circunstâncias, consoante prevê o art.41 do CPP, não vislumbrando qualquer prejuízo à defesa do acusado, por não haver falhas na compreensão da acusação. Entendimento assente na jurisprudência e no STJ.
2. A alegada negativa de autoria requer dilação probatória, o que na presente via é incabível.
3. Necessidade da medida restritiva devidamente demonstrada pela Magistrada *a quo*, uma vez que se trata de réu com notícias de que cometeu outros crimes da mesma natureza, e nada impede, caso solto, de voltar a delinquir,

et  
6



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

239

sendo salutar tal medida, não obstante as condições subjetivas favoráveis. Presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, conforme prevê o art. 312 do CPP.

4. Coação inexistente. Ordem denegada por decisão unânime.

**ACÓRDÃO.**

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0206238-2, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **por decisão unânime, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.

  
**Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

110  
JR  
240

**HABEAS CORPUS Nº 0206238-2**  
**COMARCA: OLINDA**  
**VARA: PRIMEIRA CRIMINAL**  
**IMPETRANTE: MARIA LÚCIA DE SOUZA BRANDÃO**  
**PACIENTE: LEONILSON SANTOS DA SILVA**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADOR: DR. JOSE CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado pela advogada Maria Lúcia de Souza Brandão em benefício do Paciente **Leonilson Santos da Silva**, qualificado à fl. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Olinda.

Alega a Impetrante, em apertada síntese, que o Paciente não cometeu o delito pelo qual fora denunciado, visto que foi vítima de "armação", sendo a peça acusatória inepta, de modo que requer o trancamento da ação penal.

Argumenta, outrossim, que é policial militar da ativa, primário e sem antecedentes criminais, além de estudante, sendo, por isso, desnecessária tal medida cautelar, padecendo de constrangimento ilegal.

Liminar indeferida, às **fls. 89/91** do caderno processual.

Informações da Exma. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, **Dra. Fábila Amaral de Oliveira Melo**, às **fls. 97/99**.

*[Assinatura]*



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

241

A Procuradoria de Justiça, pelo Procurador por convocação Dr. José Correia de Araújo, apresentou parecer às **fls. 102/104**, opinando pela denegação da ordem.

Em resumo, é o relatório.

Compulsando os autos, verifiquei que uma página não se encontra numerada. Por isso, proceda a Diretoria Criminal com a devida numeração a partir da folha 102.

Cumpra-se.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.

  
**Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

242

**HABEAS CORPUS Nº 0206238-2**  
**COMARCA: OLINDA**  
**VARA: PRIMEIRA CRIMINAL**  
**IMPETRANTE: MARIA LÚCIA DE SOUZA BRANDÃO**  
**PACIENTE: LEONILSON SANTOS DA SILVA**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADOR: DR. JOSE CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)**

**VOTO**

Pugna a Impetrante pelo trancamento da Ação Penal nº **226.2009.007436-1** por considerar a mesma inepta, visto que o Paciente não cometeu delito algum, uma vez que fora vítima de uma "armação", além de não fazer sentido a manutenção de sua custódia cautelar considerando as suas condições subjetivas favoráveis.

Vejamos:

Noticiam os autos que o Paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 214, c/c art. 224, alínea "c", c/c o art. 225, § 1º, inciso I, do CPB, pois no dia 07 de março de 2009, na Rua da Linha, Passarinho Alto, nº 44, Alto da Bondade, Olinda, atacou a adolescente à época, com 17 anos, Joselaine Lins de Almeida, em sua residência, constrangendo-a mediante violência a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Sendo referida ação presenciada pela irmã da vítima também menor, Amanda Lins de Almeida, à época dos fatos com 13 anos de idade.

*CA*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

243

Pelo exposto, verifica-se que a denúncia oferecida (fls. 15/17), encontra-se em consonância com o preconizado no art. 41 do CPP, visto que se paltou nas provas colhidas durante o inquérito, qualificou o acusado, bem como classificou o ilícito a ele imputado.

Portanto, verifica-se que não goza de amparo legal a arguição de inépcia da denúncia para a instauração de ação penal contra **Leonilson Santos da Silva**, pois como é pacífico na doutrina nacional, em havendo elementos da materialidade do delito e indícios da autoria, concluindo-se por evidenciado o mínimo autorizador para o oferecimento de denúncia, não há razão para se ultimar pelo constrangimento ilegal com o consequente trancamento da ação penal.

Ademais, segundo a jurisprudência assente do STJ a inépcia da denúncia só pode ser acolhida quando demonstrada inequívoca deficiência a impedir a compreensão da acusação, em flagrante prejuízo à defesa do acusado, na ocorrência de falha dos requisitos do art 41 do CPP, o que não se verifica *in casu*.

Diante dos argumentos expendidos e após vislumbrar a presença do *fumus boni juris*, bem como dos requisitos previstos no já mencionado art. 41 do CPP, além de não ser possível em sede de *habeas corpus*, examinar com profundidade as provas que dizem respeito ao mérito, não resta outro caminho a este relator senão o de votar, quanto a este ponto pela denegação da ordem.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

114  
244

Quanto à alegação de que houve "armação" contra o Paciente, essas questões deverão ser apreciadas no curso regular da instrução criminal, visto que enseja lastro probatório, à luz do contraditório e da ampla defesa, o que é inviável na presente via.

Em relação ao pleito de revogação da prisão preventiva, observa-se da decisão às fls. 44, que demonstra salutar a manutenção em cárcere do Paciente, tendo em vista que há notícias nos autos acerca do cometimento de outros crimes da mesma natureza pelo Paciente, que ainda não foram esclarecidos, sendo fundamental mantê-lo segregado, pois nada impede, caso solto, retorne a cometer delitos da mesma espécie.

Em assim sendo, presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, como no presente caso, não há que se falar em qualquer constrangimento ilegal a segregação cautelar do Paciente, não obstante as suas condições subjetivas favoráveis, consoante alegadas na exordial.

Assim, ante as considerações expostas, **VOTO denegando a ordem.**

Recife, 10 de fevereiro de 2010.

  
**Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**